

# UM ENSAIO SOBRE A GOVERNAÇÃO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO <sup>1</sup>

Luís Borges Gouveia

Nuno Neves

Carlos Carvalho

## resumo

Vivemos uma época de mudança. O desaparecimento das fronteiras e suas delimitações tradicionais, que constituíam factores determinantes de soberania das nações, tem de ser repensados face à realidade e impacto do digital e da Sociedade do Conhecimento.

Em especial, a globalização introduziu novas perspectivas que é necessário acautelar para proceder a uma leitura geopolítica do mundo actual e do papel que cada Estado tem, pode, e deve assumir.

Este **ensaio** procura analisar e enquadrar a governação na era da globalização de modo a permitir a constituição de duas visões sobre essa mesma realidade que se confrontam e cujo objectivo dos autores é a sua clarificação com vista a que as questões da governação possam subsidiar de forma mais clara, exercícios de estratégia e geopolítica.

## palavras-chave

[Sociedade do Conhecimento; Globalização; Governação; digital; segurança e defesa]

## abstract

We live in a time of change. The growing failure of physical borders, considering their traditional value of granting national sovereignty, must be reinvented due to the impact of the knowledge society and the digital world provided by computers and networks.

In particular, the globalization phenomena forces new perspectives that must be taken into account to reflect on the new nation roles and how geopolitics functioning in a globalized world.

This essay proposes an initial study to make context on how governance will be affected by globalization. This study proposed the existence of two main visions that clash together and whose acknowledgement may help to inform better geopolitics analysis.

## keywords

[Knowledge Society; Globalization; Governance; Digital; Security and Defense]

---

<sup>1</sup> Versão desenvolvida do trabalho do debate conclusivo realizado no âmbito do Curso de Defesa Nacional (CDN2008/Porto) e que inclui contribuições de Manuel Cordeiro e Afonso Bragança Fernandes.

## INTRODUÇÃO

O presente ensaio resulta da reflexão conjunta dos autores e propõe um enquadramento conceptual do tema Governação na era da Globalização face às implicações deste para a segurança e defesa. Esta reflexão beneficia da diversidade de formação e actividade profissional desenvolvida pelos seus autores. De facto, no contexto da Sociedade do Conhecimento, a diversidade de conhecimento é um factor essencial para lidar com temáticas complexas e que se relacionam de novas formas, por via da influência do uso crescente do digital, potenciado por computadores e redes e pela reinvenção do próprio conceito de governação. É precisamente da emergência das novas perspectivas associadas com o conceito de governação que se pretende desenvolver quais as suas implicações tendo em consideração uma realidade cada vez mais globalizada.

## A GOVERNAÇÃO

O conceito de governação não é recente. De facto, pode ser considerado tão velho quanto o próprio homem. Podemos entender governação como o conjunto dos processos de tomada de decisão e da sua implementação. Enquanto conceito e uma vez que está relacionado com a realização humana, pode ser utilizado em diversos contextos como o da governação empresarial, o da governação internacional, o da governação nacional ou local<sup>2</sup>.

Tratando-se a governação de um conjunto de processos associados com a tomada de decisão e sua implementação, envolve um conjunto de actores que têm de estar estruturados para se obterem sistemas úteis. O governo pode ser entendido como um dos actores da governação. Os outros actores variam em função do contexto tomado e do nível de governo em discussão. De igual forma, tanto as estruturas formais como as informais constituem-se como elementos relevantes para a governação na medida em

---

<sup>2</sup> Kaufmann, D. e Kraay, A. (2007). Governance Indicators: Where Are We, Where Should We Be Going? Policy Research Working Paper 4370 (WPS4370). The World Bank - World Bank Institute Global Governance Group and Development Research Group Macroeconomics and Growth Team

que afectam a forma como os actores influenciam tanto o processo de decisão como a sua implementação<sup>3</sup>.

Ao nível da nação, estes actores incluem o governo, as forças armadas, as ONG, o poder local; o estado; os parceiros económicos; os sindicatos; os media, etc. É ainda necessário considerar as multinacionais, os organismos internacionais, os países amigos; as alianças, entre outros actores que se relacionam com a nação. Segundo a UNESCO<sup>4</sup>, a boa governação possui oito características principais, tratando-se de um processo que é (1) orientado ao consenso; (2) participado; (3) que segue as regras da lei; (4) efectivo e eficiente; (5) equitativo e inclusivo; (6) responsivo; (7) transparente; e (8) imputável. Um estudo do Banco Mundial defende que a boa governação é condição necessária para o desenvolvimento.

## A GLOBALIZAÇÃO

De um modo simples, podemos afirmar que a globalização é um fenómeno de dispersão ou explosão de saber e fazer com origens em todos os pontos do globo que atinge pessoas individuais, populações, estados, uniões de estados, e, finalmente continentes, com influência ao nível social, político e económico e é transversal a todas as sociedades.

De um modo mais formal, uma definição da globalização toma este como um conceito que se apresenta como algo multivocal e que depende da postura (a favor ou contra) que se tem perante tal realidade.

A globalização é um fenómeno em aceleração permanente, enquanto resultado acumulado das sucessivas e constantes transformações conducentes a novos estados de múltipla interconexão à escala internacional, através da integração internacional dos fluxos comerciais de bens e de serviços, da intrincação dos investimentos estrangeiros (directos ou indirectos), de migrações multidireccionais em crescendo e da emergência da economia digital e explosão comunicacional. Com tal crescendo de interligação dos

---

<sup>3</sup> Kaufmann, D. e Kraay, A. (2007). Governance Indicators: Where Are We, Where Should We Be Going? Policy Research Working Paper 4370 (WPS4370). The World Bank - World Bank Institute Global Governance Group and Development Research Group Macroeconomics and Growth Team

<sup>4</sup> UNESCO. (s/d). What is Good Governance? Economic and Social Commission for Asia and the Pacific. UNESCAP, United Nations.

Estados, de cada cidadão e demais actores institucionais ou não, numa escala planetária assiste-se à "abolição" das fronteiras-barreira numa emergência de novas territorializações e realidades sócio-espácio-temporais em que se vão diluindo as distinções entre assuntos internos e externos e se cria um processo global de mudança que une os povos num destino comum<sup>5</sup>.

A globalização enquanto fenómeno é relativamente recente na história da humanidade. Apesar de tudo, possui já um rastro na história da Humanidade porquanto já nos séculos XVI e XIX, respectivamente, com o movimento de expansão e dos descobrimentos marítimos e com a emigração laboral para o continente americano (EUA em especial), se assistiu a processos de mudança e transformação à escala global<sup>6</sup>.

O que torna hoje diverso este fenómeno é a intensidade, a rapidez e o impacto da transnacionalização, das interacções políticas, económicas e sociais, incluindo a crescente influência dos media nas percepções, vivências e experiências dos cidadãos. Segundo Massey, “*a globalização não é um deus ex machina. A globalização não é nem uma entidade sagrada que tenha de ser aceite, nem uma conspiração malévola que se tem de confrontar e destruir. É, sobretudo, um processo social e económico em curso e um programa de instituições desenhadas por seres humanos*”<sup>7</sup>.

## AS IMPLICAÇÕES DA GLOBALIZAÇÃO NA GOVERNAÇÃO

Um dos factores mais preponderantes do alastramento da globalização é o enorme crescimento da facilidade existente nas comunicações entre os povos, o qual se tem verificado nas últimas décadas a todos os níveis, nomeadamente na grande facilidade na mobilidade das populações e na transmissão da informação em tempo real em qualquer ponto do mundo.

Esta democratização da comunicação, da forma como ela está estabelecida, potencia exponencialmente o contacto com os povos do planeta, independentemente das suas

---

<sup>5</sup> Adaptado de Kegley, C. Jr. e Thompson Wadsworth, E. (2007). *World Politics - trend and transformation*. EUA.

<sup>6</sup> Rodrigues, J. e Devezas, T. (2007). *Portugal, o pioneiro da globalização*. Edições Centro Atlântico.

<sup>7</sup> Massey (2005). *Return of the “L” Word: A Liberal Vision for the New Century*. Princeton, Princeton University Press, pp111.

raças, crenças e ideologias e traz para o quadro do desenvolvimento económico e social, realidades novas com inegáveis vantagens, mas também, com aspectos com os quais os mesmos povos terão que aprender a viver.

Estas realidades, no entanto, acabam por ser mais recorrentes para uns povos do que para outros na medida em que a história da humanidade está cheia de exemplos de globalização, salvaguardadas as diferenças dos meios utilizados e a velocidade de expansão do fenómeno. Não recuando à pré-história, com os movimentos verificados nas movimentações dos povos, e focalizando-nos mais na história recente do Homem e, nomeadamente na de Portugal facilmente verificamos que fomos nós, portugueses, uns dos principais agentes mundiais da globalização na época dos descobrimentos durante mais de um século espalhando a nossa cultura, a nossa língua e o nosso saber pelo mundo.

Igualmente, tal como hoje, tivemos de nos adaptar muitas vezes a outras culturas e forçámos também outros ao mesmo. São, de facto, questões de certa forma recorrentes estando a grande diferença na velocidade de transmissão do fenómeno e é aí que o tempo de adaptação é mais premente e que obriga à maior evolução dos quadros conceptuais das nossas mentalidades.

A complementaridade entre globalização e regionalização exige soluções de governação aos níveis regional e global, as quais podem perturbar a efectividade de uma política definida e acordada apenas ao nível nacional. Daí a importância das consultas internacionais entre autoridades responsáveis pela política económica externa.

Esta, aliás, nos dias de hoje e por efeito da vivência global é muitas vezes objecto de negociação com organizações internacionais de quem depende o financiamento do desenvolvimento ou pelo menos a reputação financeira dum país. A

mesma estriba-se, sem margem de dúvida, na promoção de uma parceria duradoura entre entidades públicas e privadas que permita aumentar a competitividade das empresas só que o aumento de competitividade envolve políticas públicas que devem ser apropriadas pelo tecido social na sua integralidade (não apenas pelas empresas) e pelo governo tudo num contexto global.

Implicações da globalização:

- Globalização das finanças e capitais;
- Globalização dos mercados e estratégias (em particular a concorrência);
- Globalização da tecnologia e do conhecimento;

- Globalização dos modos de vida, dos padrões de consumo – globalização cultural;
- Globalização das capacidades reguladoras e de governação.

#### Alterações no sistema internacional:

- Alargamento da comunicação entre todos os seus intervenientes, acelerado pelo crescimento anual de 50% do número de telemóveis, pela adesão semanal de mais um milhão de utilizadores da Internet e pela multiplicação do número de computadores, 95% dos quais pessoais, cuja capacidade, de acordo com a lei de Moore (do fundador da Intel Gordon Moore) duplica a cada 18 meses;
- Difusão mundial dos produtos, sejam informativos ou recreativos, das maiores companhias de Media, como a AOL Time Warner ou a Sony, criando uma identidade cultural e uma matriz de referência informativa mundiais. (O G7 avançou já com um projecto de criação de uma New World Information Order, como tinha feito quando propôs uma nova ordem económica nos anos 70, para contrariar um domínio crescente e global dos media ocidentais;
- Peso crescente das Multinacionais na economia mundial, permitindo o controlo de opções macro económicas por parte de entidades não estatais;
- Erosão dos papéis dos bancos centrais dos Estados face à crescente interdependência dos mercados de capitais.
- Multinacionalidade dos movimentos de massas, organizados através da Web, e com uma capacidade de mobilização instantânea e que gera a própria "abolição" do espaço e do próprio tempo e a criação da "cidadania multicultural"<sup>8</sup>;
- Geração ou incremento dos fluxos migratórios e obrigando a repensar as políticas laborais face à mobilidade dos capitais e das empresas;
- Tornando o mundo simultaneamente plano e democratizando o alcance aos seus locais mais remotos<sup>9</sup> no sentido de que o "campo de jogo" é igual para todos os participantes e pontiagudo "Spiky"<sup>10</sup>, no sentido de que a competitividade está

---

<sup>8</sup> Castles, S. (2005). Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais. Lisboa, Fim do Século.

<sup>9</sup> Friedman, T. (2005). *O mundo é plano*. Uma breve história do século XXI. 2ª edição. Actual Editora.

<sup>10</sup> Florida, R. (2005). The world is spiky. *The Atlantic*. October, pp 41-51.

concentrada em zonas urbanas restritas que surgem como picos nos gráficos, o que alterou o diálogo urbano/rural claramente em favor das cidades de grandes dimensões. Um exemplo nacional é crescente concentração nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;

- Mercê da interdependência global cada vez mais intensa as sociedades serão pluriculturais e isto implica o aprender a equilibrar e gerir as diferenças étnicas e culturais, as desigualdades e as tensões daí decorrentes e que se revelam de maior intensidade na vivência das aldeias, vilas e cidades enquanto espaços territoriais locais nos quais se vive a globalidade - É a lógica do "*Pensar global e agir local*";
- Um processo de transformação gradual e aparecimento de uma cultura digital que irmana tematicamente pessoas de locais diferentes: "*Com telemóveis, a Internet, as televisões, a subida vertiginosa de níveis de literacia e um módico de bem-estar económico ligado ao crescimento de uma economia de serviços cada vez mais eficiente, tem vindo a fazer subir o empowerment dos níveis locais relativamente aos centros.*"<sup>11</sup>;
- Na competição entre globalização e soberania (cada vez mais as questões sócio-políticas e suas soluções ultrapassam os estritos e limitados âmbitos territoriais dos Estados tradicionais), surgindo zonas de conflito entre os Estados e os diversos novos actores internacionais e com mudança da referência espacial (do Estado-Nação) para a construção duma consciência global (transnacional e multicultural). Manuela Messa<sup>12</sup> fala também que para "*responder adequadamente às necessidades sociais, o Estado terá de atribuir competências soberanas a entidades sub-estatais - governos regionais e locais - e estabelecer instrumentos de regulação e entidades supranacionais eficazes, que em ambos os casos terão que observar os princípios da representação e equilíbrio dos poderes na Democracia. ... É um sistema de governação, o governo de múltiplos níveis - o que a ciência política anglosaxónica chama de «multilevel*

---

<sup>11</sup> Marques Guedes, A. (2007). A "linha da Frente"? Do Sudoeste dos Balcãs à Ásia Central. *Geopolítica*, n.º 1, Setembro, pp36.

<sup>12</sup> Messa, M. (2006). Globalización, ciudadanía y derechos: la ciudad multicultural. *Papeles*, n.º 95, pp11-21.

*governance» - supõe uma profunda redefinição dos conceitos de soberania, Estado e cidadania ...";*

- Tensão entre velhas alianças e coligações tradicionais e as novas mais pragmáticas, em confrontos que se vão recriando a cada instante e assim contribuindo para as angústias, incertezas e dificuldades da governação na era da globalização;
- Necessidade de repensar politicamente a forma transnacional de participação democrática dos cidadãos (não apenas para os membros das comunidades nacionais e mesmo transnacionais, mas para todos os cidadãos afectados pela rápida mudança dos espaços onde vivem e podem ser exercer o poder político) - a alteração do próprio conceito de cidadania o qual não pode ser excludente mas antes deve ser inclusivo, traduzindo-se progressivamente na sua desnacionalização, desterritorialização e uma democratização assente na dignidade da pessoa humana, na igualdade de direitos e respeito das diferenças (plural e equitativa);
- Aumento exponencial da judicialização das relações internacionais, mercê da tendência actual para o aumento da densidade normativa, não apenas no crescendo das áreas sujeitas a regulação jurídica internacional ("Império do Direito") e nas matérias de defesa e tutela dos direitos humanos e das relações comerciais e económicas, mas igualmente na substituição do modelo tradicional de resolução de disputas por um modelo baseado em órgãos de tipo judicial (v.g., ao lado do Tribunal Internacional de Justiça surgiram Painéis de Inspeção, Comissões de Conciliação, Tribunais Internacionais Administrativos, Tribunais Penais Especiais, TPI, etc.), pese embora as dificuldades na execução das decisões desfavoráveis face a Estados poderosos (problemas com a efectividade do Direito Internacional e do acesso ao mesmo);
- Aumento do número das organizações supra-nacionais, sem, todavia, no momento se poder afirmar que os Estados desaparecerão;
- Vantagem competitiva dos países capazes de conciliar mão-de-obra barata com inovação (Tigres Asiáticos) e complementarmente com especialização (BRICs);
- Necessidade de encontrar novo equilíbrio entre hard power e soft power<sup>13</sup>;

---

<sup>13</sup> Nye, J. (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. *PublicAffairs*.

- Passagem duma ordem bipolar (dois grandes blocos) para uma unipolaridade (EUA como potência hegemónica) e que necessariamente tem de conviver com multipolaridades diversificadas num Mundo cada vez mais complexo, inseguro e menos previsível.

## COMENTÁRIOS FINAIS

As duas principais abordagens do funcionamento do sistema internacional actuais são a neo realista e a neo liberal.

A **Neo Liberal** interpreta a globalização como o desenvolvimento de um conceito alargado de cidadania (tendente a criar cidadãos globais) que promove a relevância de instituições internacionais e cria movimentos sociais transnacionais. Estes movimentos influenciam a realidade política de duas formas: Influenciam a formação de políticas aos níveis nacional e internacional e apoiam a sua implementação e actuam em concerto ou sobre as instituições internacionais. Assim o antigo multilateralismo simples entre Estados é substituído por um multilateralismo complexo onde os movimentos sociais globais; as instituições e os estados interagem a vários níveis<sup>14</sup>. Esta actuação combina-se com a crescente interdependência entre Estados para promover a cooperação, realizando assim as premissas do liberalismo clássico.

A **Neo realista** interpreta as crescentes desigualdades entre grupos sociais e Estados (ou regiões) como um factor de agravamento na competição entre Estados. Alegam que a grande integração da economia no período Vitoriano não dissuadiu conflitos. De facto estudos recentes<sup>15</sup> indicam que a globalização está a promover maior desigualdade de rendimentos dentro dos EUA.

Uma das principais diferenças na governação adveniente do permanente devir da globalização resulta do desaparecimento do controlo nacional sobre a economia, forçando a que as relações económicas entre Estados se independentizem das relações políticas e limitando a actuação dos governos em relação às suas próprias economias e ao seu agir sobre os factores de competitividade, sem poderem controlar a sua

---

<sup>14</sup> Williams, M. (2003). *Social Movements and Global Politics*.

<sup>15</sup> Scheve e Slaughter. (2007). A new dal for globalization. *Foreign affairs*. July/August, pp 34-47.

interacção com outras economias. Assim, as organizações económicas internacionais passaram a ter um papel mais importante, e foi necessário proceder à sua reorganização. Os acordos económicos de cooperação e comércio livre substituíram os pactos militares como forma de definir alianças e os blocos deixaram de ser definidos pela proximidade ideológica e cooperação militar para serem definidos pelos interesses económicos (como por exemplo na coligação de países em desenvolvimento, liderados pelo Brasil e Índia para forçar a WTO a mudar a sua actuação). Uma das áreas de sucesso da Administração Bush tem sido o esforço para incluir mais países no diálogo económico mundial, trazendo o Brasil, Índia e África do Sul para o grupo restrito nas negociações Doha em Cancun em 2003, e reforçando o diálogo com o G 20 (países em desenvolvimento) e em particular com o Brasil, Índia e China, mas também com o México, Coreia do Sul e Turquia) - conforme referido por Drezner<sup>16</sup>.

Outras duas diferenças significativas são a inevitabilidade da cooperação e coordenação internacional das várias entidades e das respostas necessariamente transnacionais para fazer face a ameaças também elas transnacionais, como o crime organizado (narcotráfico, tráfico de seres humanos, apoio à imigração ilegal, cibercrime, crimes financeiros e outros tipos de tráficos), o terrorismo (com financiamento junto de novas fontes de apoio, nomeadamente, o próprio crime organizado transnacional), as ameaças climáticas, a proliferação de armas de destruição em massa, os problemas sanitários e de saúde que não respeitam fronteiras (v.g., SIDA), pandemias (v.g., gripe das aves, ou, mais recentemente, a gripe A), etc., e a impossibilidade de manipulação local dos media face à penetração crescente dos meios de difusão globais e da constante cobertura multimédia a tempo real.

Um outro aspecto novo é o aparecimento de novos tipos de comportamento dos Estados, como potências autoritárias economicamente eficientes (China), de Estados que se comportam como se fossem grandes multinacionais (Emiratos) e Estados que usam recursos naturais para impor uma forma de neo marxismo populista (Venezuela) ou de neonacionalismo tradicionalista (Rússia). Estas novas posturas obrigam a ponderar um regresso dos Estados capitalistas autoritários ao primeiro plano (Na tradição da Alemanha Imperial, depois da Alemanha Nazi e do Japão imperial), como fez Azar Gat<sup>17</sup> e condicionam a visão neoliberal de que a globalização iria trazer uma

---

<sup>16</sup> Drezner, D. (2007). *Foreign Affairs*. Volume 86, N°2, Março/Abril.

<sup>17</sup> Gat, A. (2007). The return of authoritarian great powers. *Foreign Affairs*. Julho/Agosto, pp 59-69.

difusão do modelo clássico de estado liberal. De facto, o sucesso económico das empresas estatais dos Emiratos obriga a repensar a tradicional ideia da superioridade do privado sobre o público e ilustra até que ponto as relações internacionais passaram a ser essencialmente económicas.

No plano interno (nacional), é de salientar o esbater das diferenças clássicas entre direita e esquerda, substituídas por diferenças entre defesa de valores de inspiração religiosa ou laica, prioridade ao desenvolvimento ou à segurança social. A consequência nos governos dos estados são directas e proporcionais e a influência do fenómeno é redobrada em termos políticos na medida em que os respectivos dirigentes dos estados actuam quer como cidadãos quer como responsáveis pelos destinos dos mesmos.

Em termos muito pragmáticos podemos afirmar que a globalização deverá ter que ser regulada tanto quanto possível de modo a que a sua influência nas políticas nacionais (implicando os decisores), dêem uma resposta cabal a problemas como o crescimento económico, criação de emprego, preservação do ambiente, controlo dos factores energéticos, fenómeno das migrações, luta contra o terrorismo, preservação da segurança interna, investimento em investigação, inovação e educação, consolidação das culturas dos povos, alargamento e consolidação dos seus direitos fundamentais e por aí fora.

Colocam-se assim desafios novos aos poderes instituídos, tal como se colocaram outrora no desenvolvimento da História, na medida em que a visão dos tempos modernos está em permanente mutação que ocorre com uma aceleração muito grande.

A figura de retórica da “aldeia global” é extremamente realista: as ondas de choque de um pequeno tremor de terra político no Médio Oriente têm hoje um efeito mediático no Ocidente incomparavelmente mais acentuado do que tinham há trinta anos a esta parte. Vejam-se os efeitos no preço do petróleo.

Estas circunstâncias obrigam a um conhecimento profundo das realidades, a uma busca permanente e contínua de informação, a uma elevada flexibilidade e capacidade de adaptação/reacção dos decisores políticos e a um grau de exigência muito elevado por parte dos governos de modo a que as suas decisões sejam fundamentadas de forma a compatibilizar os diferentes interesses, não só, dos povos que governam, como também, dos seus aliados e em muitos casos, lá está, da população mundial. Isto é, este fenómeno trouxe mais uma inovação no processo de decisão: em termos latos este processo deixou de ter características de unilateralidade para passar a ser um processo alargado a um conjunto de outros decisores.

Valores como a estabilidade, a liberdade, a segurança e a prosperidade só serão consistentes e duradouras se forem partilhados - abrindo caminho ao que Manuel Castells<sup>18</sup> muitas vezes refere na sua defesa de uma sociedade organizada em rede, onde se assiste ao primado da informação.

Neste contexto urge de forma cada vez mais marcada o desenvolvimento de uma estratégia total ou integral - expressão considerada mais indicada por Abel Cabral Couto, conforme defendido em Beaufre<sup>19</sup>, que enquadrem os interesses de cada nação com a articulação dos diferentes actores que ao nível nacional compõem a defesa dos respectivos interesses e se enquadram por mecanismos de poder nas relações internacionais e no sistema internacional.

Por sua vez e, em consequência, também no quadro internacional, o fenómeno da globalização traz novos desafios e exige formas inovadoras de governação que maximizem as relações entre estados e a sua capacidade de intervir, equilibrando reconstituindo novas relações de valor entre hard power e soft power<sup>20</sup>.

Neste permanente devir que caracteriza a realidade quotidiana do nosso tempo importa que a edificação da sociedade global o seja de e para o ser humano. Tal como afirmou o Ex-Secretário Geral da ONU Kofi Annan "*Só saberemos que a Globalização está de facto a promover a inclusão e a permitir que todos partilhem as oportunidades que esta oferece, quando os homens, mulheres e crianças comuns das cidades e aldeias do mundo inteiro puderem melhorar a sua vida. E é essa a chave para eliminar a pobreza do mundo.*"

---

<sup>18</sup> Castells, M. (2001). *The Internet Galaxy*. Oxford.

<sup>19</sup> Beaufre, A. (2004). *Introdução à Estratégia*. Clássicos do Pensamento Estratégico. Edições Silabo.

<sup>20</sup> Nye, J. (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. *PublicAffairs*.